DIAGNÓSTICO URBANÍSTICO DA MICRORREGIÃO 18 DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP: ÁREAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Valquíria Patricia Felix¹, Valquíria Pereira Bastos¹, Marcos Norberto Boin² Yeda Ruiz Maria³

^{1,3} Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Presidente Prudente, SP. ²Geólogo, Doutor em Geologia. E-mail: yeda_rm@hotmail.com

RESUMO

Área verde pública é todo espaço livre que possui vegetação de uso comum da população com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais. A infraestrutura verde aliada ao planejamento urbano permite a incorporação de diversos componentes da natureza aos espaços urbanizados, contribuindo para a melhor qualidade de vida da população e minimiza os impactos ambientais da ocupação do homem. O presente artigo poderá fornecer conhecimento sobre as áreas públicas da Microrregião 18 de Presidente Prudente - SP, suas finalidades e áreas com alteração de uso. Para tanto faz-se necessário levantamento bibliográfico, pesquisa documental, e levantamentos físico territoriais urbanísticos das áreas livres públicas e áreas institucionais da respectiva microrregião. Tais levantamentos tiveram como objetivo verificar aspectos relativos ao uso e ocupação do solo, equipamentos e serviços, a localização e a conformidade dos usos aos quais foram destinadas. Os mapeamentos foram realizados através do *software* Spring.

Palavras-chave: diagnóstico urbanístico; área verde pública; uso e ocupação do solo; microrregião 18; Presidente Prudente – SP.

URBAN DIAGNOSIS OF MICROREGION 18 OF PRESIDENTE PRUDENTE – SP: PUBLIC AREAS AND INSTITUCIONAL

ABSTRACT

Public green area is all free space that has common use of vegetation of the population with social, ecological, scientific or cultural. The green infrastructure coupled with urban planning allows the incorporation of various components of nature to urbanized areas, contributing to a better quality of people's lives and minimize the environmental impacts of man's occupation. This article may provide knowledge about the public areas of Microregion 18 Presidente Prudente - SP, its purposes and areas with use changes. Therefore it is necessary literature, documentary research, and urban territorial physical surveys of public open spaces and institutional areas of the respective micro. Tais surveys aimed to verify aspects of the use and occupation of land, facilities, location and compliance of the uses to which they were intended. The mappings were conducted through the Spring software.

Keywords: urban diagnosis; public green area; use and occupation; micro 18; Presidente Prudente - SP.

1. INTRODUÇÃO

A infraestrutura verde aliada ao planejamento urbano permite a incorporação de diversos componentes da natureza aos espaços urbanizados, contribuindo para a melhor qualidade de vida da população e minimiza os impactos ambientais da ocupação do homem (BENINI, 2015).

Entende-se como área verde pública todo espaço livre que possui vegetação (contribuindo para sombreamento, permeabilidade do solo e diminuição da poluição – sonora e visual) de uso comum da população com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais (BENINI; MARTIN, 2011).

A Prefeitura Municipal de Presidente Prudente - SP subdividiu, não oficialmente, a malha urbana em 18 microrregiões administrativas para possibilitar e facilitar os levantamentos da própria Prefeitura e do Ministério Público, relativas a falta de áreas públicas aprovadas legalmente e com usos alterados, conforme consta no Inquérito Civil – IC Nº MP: 14.0720.0000322/2.011-1.

A microrregião 18 (fig. 01) se localiza na região sudeste de Presidente Prudente - SP, uma região com expansão desacelerada, e é constituída por doze bairros – Jardim Planalto, Vila Aurélio, Vila Rotária Arch C. Klumph, Vila de Ramos Freitas, Jardim Cambuci e Conjunto do Cambuci, Jardim Paraíso, Jardim Nova Planaltina, Jardim Santa Mônica, Jardim Santana, Jardim São Bento e, por fim, o Conjunto Habitacional Parque José Rotta.

Figura 1. Presidente Prudente -SP e a Microrregião 18

Fonte: autores, 2014

Sua formação teve início a partir de 1950, e durante aproximadamente vinte anos foram criados apenas dois bairros: Vila Ramos de Freitas e Jardim Planalto. Nos anos seguintes, na

década de 70, foram criados o Jardim São Bento, Jardim Santana, a Vila Rotária Arch C. Klumph e a Vila Aurélio. A partir da década de 80 surgiram o Jardim Cambuci, o Jardim Santa Mônica e o Jardim Nova Planaltina. Por fim, entre 1990 a 1999, houve a criação do Conjunto Habitacional Parque José Rotta e do Jardim Paraíso.

Não há loteamentos novos na microrregião desde 2000, completando mais de 15 anos desde a última ocupação. Entretanto, os bairros já existentes possuem algumas reformas ou obras em locais sem denominação, áreas institucionais e/ou áreas de lazer. Como exemplo, podemos citar a criação do Parque do Povo que atende aos bairros Jardim Cambuci, Parque José Rotta, Vila Aurélio e Jardim Paraíso.

A maioria da população desses bairros possui baixo poder aquisitivo, com casas de um a dois pavimentos, a maioria ainda em fase de execução por falta de recursos. As áreas de lazer são geralmente compostas por Academia da Terceira Idade - ATI, praças com bancos e mesas de concreto, algumas quadras e vegetação. Nas áreas institucionais, postos de saúde e escolas são mais frequentes.

Nesse contexto, este trabalho poderá fornecer conhecimento sobre as áreas públicas da Microrregião 18, suas finalidades e áreas com alteração de uso. Para faz-se necessário levantamento bibliográfico, pesquisa documental, e levantamentos físico territoriais urbanísticos das áreas livres públicas e áreas institucionais da cidade de Presidente Prudente - SP. Tais levantamentos tiveram como objetivo verificar aspectos relativos ao uso e ocupação do solo, equipamentos e serviços, a localização e a conformidade dos usos aos quais foram destinadas. Os mapeamentos foram realizados através do *software* Spring.

2. OS BAIRROS E SUAS ÁREAS PÚBLICAS E/OU INSTITUCIONAIS - A MICRORREGIÃO 18

Bairro Nova Planaltina

A área institucional de escritura 920/83 foi doada em 1989 para o programa de desfavelamento. A área de lazer de escritura 918/83 não possui nenhum equipamento urbano para a comunidade e se encontra apenas gramada, se tornando uma área verde residual, pois conforme Benini (2011) não possuem valores cênicos, sociais e ecológicos.

Jardim Paraíso

Toda a grande área de lazer do bairro (esc. 1350/91) sofreu alteração de função e destinou sua finalidade a uso de residências; ao que parece, a população não possui conhecimento a respeito da ocupação ilegal e acabam sendo prejudicados, pois a área verde traz ao ambiente

urbano um equilíbrio na qualidade de vida da população (ARFELLI, 2004). A área institucional encontra-se ocupada pela Escola Municipal Professora Vilma Alvarez Gonçalves e a Área de Preservação Permanente - APP protegida por grades e com vegetação.

Jardim Cambuci

Possui uma área institucional ocupada pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, e área de lazer composta por ATI, parquinho e uma quadra. Uma parte da área de lazer foi doada para o CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) em 1984 para ser implantado um Conjunto Habitacional através da lei 2382/82.

Jardim Santa Mônica

A escritura 1125/87 está destinada como área de lazer, entretanto está ocupada por uma residência. Ao lado, na área de proteção hídrica, um ferro velho se encontra no local. As duas propriedades ilegais aparentam ser ocupadas pela mesma pessoa, já que não há muro entre a casa e o ferro velho.

Jardim São Bento

A área da escritura 791/80 defende toda sua extensão como área de lazer, entretanto ela se encontra parcialmente loteada. Na outra parte da área de lazer foi constatada a ocupação da Praça Antônio R. Maia, onde está instalada campo de futebol, quiosque, bancos, e quadra coberta, não recomendado para a região, já que é uma Área de Proteção Ambiental, e deveria estar ocupada por equipamentos urbanos que não influencie a área de permeabilidade do local.

Conjunto Habitacional Parque José Rotta

As escrituras 1849/11 e 1850/11 que definem como função um espaço para área verde e institucional estão parcialmente invadidas com uma construção em madeira.

Jardim Planalto

A área de lazer da escritura 107/73 está ocupada por *playground* e ATI; encontra sem manutenção e seu aspecto é de total descaso do poder público e da comunidade de preservar e manter o espaço, com a finalidade de uso comum do povo. É preciso que os dirigentes ampliem seus olhares sobre a importância do lazer, não só como um direito social, mas também, como um

mecanismo de melhoria da qualidade de vida da população (ROCHA, 2004). A APP teve parte ocupada por plantações.

Vila Aurélio

Áreas constituídas de lazer e patrimonial, ambas encontram-se de acordo com sua finalidade. A área de lazer está ocupada pelo Bosque João Petry, com ATI e alguns bancos. Complementando a praça, uma densa vegetação se encontra nos oito mil metros quadrados de bosque, que se encontra próximo a uma APP, portanto, o bosque proporciona para a população da região um clima mais ameno comparado ao calor da região central de Prudente, por exemplo.

Jardim Santana

A área institucional conta com a Escola Estadual Clotilde V Barros, a área de lazer tem a Praça Avelino Alves Vilela. Já na Vila Ramos de Freitas, a única escritura presente no relatório era do prolongamento da rua Silvano Valério, que está ocupado pelo sistema viário determinado por lei.

Vila Aurélio

A área de lazer conta com uma Academia da Terceira Idade e uma grande área verde no Bosque João Petry. Na Vila Rotária Arch C. Klumph, a área institucional é ocupada por campo de vôlei e campo de futebol.

Áreas sem denominação

São áreas livres não arborizadas – vazios urbanos – que geralmente estão gramadas e desocupadas; conforme Borge (2013), os vazios urbanos são as áreas da cidade sem função, sem conteúdo social, localizados em áreas providas de infraestrutura que não realizam plenamente a sua função social e econômica. A área da escritura 1768/10 e 1947/11 foram doadas para fins de abertura de sistema viário, o qual ainda não consta na área da segunda escritura. A área da escritura 1298/90 foi dividida entre área A, que está ocupada pelo Conjunto da Vila Rotária “Arch C. Klumph”, e a área B, que se encontra desocupada. A escritura 1042/86 também foi dividida em áreas A, B e C, todas doadas pela Fazenda do Estado e atualmente desocupadas. A área da escritura 1353/91 foi desapropriada e tinha como finalidade a ampliação do Distrito Industrial, porém o terreno com mais de 300 mil metros quadrados encontra-se desocupado. A área de

escritura 442/78 também foi desapropriada com a finalidade de implantação do Núcleo Industrial, mas está desocupada.

Entretanto, algumas áreas, como na escritura 1862/11, foram utilizadas em prol das comunidades do Jardim Cambuci, Parque José Rotta, Vila Aurélio e Jardim Paraíso, pois foi construído no local um Parque do Povo e um Posto de Saúde. A escritura 1710/07 foi doada para a construção de uma escola estadual, que está sendo construída e vai atender futuramente o Jardim Santa Monica.

Portanto, as áreas sem denominação que se encontram desocupadas apresentam uma possibilidade de regulação desses vazios urbanos, visando o potencial de transformação desses locais, com o objetivo de recuperar a área para novos loteamentos, equipamentos urbanos, recreação, investimentos urbanos, entre outros, que podem beneficiar a população (BORDE, 2013).

CONCLUSÃO

Sendo assim, é possível concluir que o planejamento urbano é essencial para que não aconteça desvios de finalidades como na microrregião estudada, pois os bairros que apresentaram irregularidades prejudicam os seus residentes de forma direta, sem áreas de lazer ou áreas de vegetação.

Sabe-se também que há muitas áreas sem denominação no local, podendo ser utilizadas para o benefício da população, tanto com o acréscimo de áreas públicas, como áreas residenciais, induzindo o crescimento da cidade para a região sudeste. Áreas de lazer também seriam ideais para a região, com vegetação e equipamentos urbanos para melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. **Decifrando as áreas verdes públicas** [publicação on-line]. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/455/489>> Acesso em: 24 jun. 2014.

GOMES, M.; AMORIM, M. **Arborização e Conforto Térmico no Espaço Urbano: estudo de caso nas praças públicas de Presidente Prudente (SP)**. Caminhos de Geografia (2006). Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15319>> Acesso em: 17 fev. 2015.

BENINI, Sandra Medina. **Infraestrutura verde como prática sustentável para subsidiar a elaboração de planos de drenagem urbana: estudo de caso da cidade de Tupã/SP**. Acesso em: 15 fev. 2015.

BORDE, A. **Percorrendo os vazios urbanos**. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR (2013). Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2121/2080>> Acesso em: 24 abril 2015.

CUNHA, José Marcos Pinto. **Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória**. São Paulo Perspec. [online]. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 218-233. ISSN 1806-9452.

BRASIL. **Lei nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979.

ARFELLI, AC. **Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo**. Revista de Direito Ambiental. São Paulo: RT (2004). Disponível em: <<http://revistajustitia.com.br/artigos/3d0b6b.pdf>> Acesso em: 28 maio 2015.

Rocha, LC. **Políticas públicas de lazer: um olhar sobre a realidade brasileira**. Diálogos Possíveis (2004). Disponível em: <<http://faculdaadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/5/12.pdf>> Acesso em: 13 março 2015.

Procuradoria Geral de Justiça - **Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Urbanismo e Meio Ambiente** - Área Regional de Presidente Prudente. Destinação de áreas públicas (Área Institucional e Área verde), para outras finalidades que não aquela prevista em Lei, na cidade de Presidente Prudente – SP. Parecer nº 027-2009. Autos: IC Nº138/08. Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo.

HONDA, Sibila Corral de Arêa Leão; VIEIRA, Marcela do Carmo; ALBANO, Mayara Pissutti e MARIA, Yeda Ruiz. **Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP)**. Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana [online]. 2015, vol.7, n.1, pp. 62-73. Epub Abr-2015. ISSN 2175-3369.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Presidente Prudente**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php>> Acesso em: jan. 2015